

# A EVOLUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM MINAS GERAIS DE 1705 A 1955

Pery Francisco Assis Shikida  
Carlos José Caetano Bacha (\*)

## Resumo

Na primeira metade da década de 1930, Minas Gerais teve uma posição de destaque na agroindústria canavieira nacional. Não obstante, este Estado passou a ter uma posição intermediária na agroindústria em questão quando das mudanças que esta sofreu a partir da segunda metade da década de 30. Diante desse fato, o objetivo do presente trabalho é analisar a evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais desde a sua gênese no Estado até 1955. Procura-se evidenciar quais foram os entraves responsáveis pelo não avanço das forças produtivas da agroindústria canavieira mineira, tomando como base de comparação a evolução da agroindústria canavieira paulista. Conclui-se que a agroindústria canavieira de Minas Gerais se defasou em relação à de São Paulo devido às características naturais e econômicas pertencentes especificamente a essa última região.

## Palavras-chave

cana-de-açúcar, agroindústria, Minas Gerais

## Abstract

In the early 30's the state of Minas Gerais had a major position in the sugar cane industry. However, the role of this state in the above industry has decreased since changes in it started to happen in the late 30's. Assuming the fact above, the objective of this paper is to analyze the evolution of the sugar cane industry in Minas Gerais, from its start until 1955. Trying to define which were the growth problems faced by the productive forces for the sugar cane industry in Minas Gerais, we compare this one with the evolution of the sugar cane industry in the state of São Paulo. We conclude that the sugar cane industry in the state of Minas Gerais was behind the one in the state of São Paulo due to the natural and economic characteristics of the latter region.

## Key words

sugar cane, industry, Minas Gerais

---

*Os autores são, respectivamente, Economista, Mestre em Economia Agrária pela ESALQ/USP, Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Centro Universitário de Toledo; Economista, Professor Associado do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ/USP*

(\*)Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado do primeiro autor, orientada pelo co-autor deste texto.

## Introdução

A cana-de-açúcar constitui uma das principais culturas no referente à área colhida e valor da produção em Minas Gerais e no Brasil. Em anos normais, a participação da agroindústria canavieira no País representa algo em torno de 3% do PIB (SZMRECSÁNYI, 1979). Em Minas Gerais, verifica-se que a participação da cana-de-açúcar no produto agropecuário estadual é de 3% em média (RENAULT, 1978).

Minas Gerais não chegou a liderar a produção de açúcar no Brasil, mas já se destacou, em alguns períodos, na elaboração desse produto. Este é o caso da primeira metade da década de 1930, quando a agroindústria canavieira mineira baseava-se em unidades produtivas de menor porte em relação às existentes em outros Estados.

Após a década de 1930, a agroindústria canavieira de Minas Gerais passou por uma fase de reestruturação, com a eliminação de algumas unidades produtivas e expansão de outras. Com essa reestruturação, desapareceram os estabelecimentos considerados "rudimentares", modernizaram-se os "dinâmicos" e foram criados outros. Segundo parecer técnico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, 1985), essa reestruturação não vem apresentando bons resultados.

Indubitavelmente, a situação do álcool e açúcar mineiros não tem sido favorável quanto ao aspecto do equilíbrio entre a oferta e a demanda domésticas. Por exemplo, na safra 1986/87 a produção de álcool apresentou considerável crescimento em relação à safra anterior, cerca de 22%. Todavia, a produção de açúcar decaiu aproximadamente 7%. Na safra em apreço, foram produzidas em Minas Gerais 9,4 milhões de sacas de açúcar (com 50 kg cada uma) e 531 mil metros cúbicos de álcool, *vis-à-vis* as necessidades de consumo do Estado de 14 milhões de sacas de açúcar e 900 mil metros cúbicos de álcool. O resultado é uma produção sucro-alcooleira inferior à demanda estadual, em um contexto de mercado consumidor em expansão.

Considerando que o Estado de Minas Gerais apresentou destaque na produção brasileira de açúcar bruto durante parte da década de 20 do presente século (RENAULT, 1978; BDMG, 1964, 1969 e 1973), detendo o maior número de engenhos do País na metade da década de 30 (AMARAL, 1940; DÉ CARLI, 1942), é curioso que ocupe atualmente uma posição

intermediária no cenário da agroindústria canavieira. Destarte, a pergunta que se faz é: quais seriam os entraves responsáveis pelo não avanço das forças produtivas dessa agroindústria no Estado mineiro?

Uma breve revisão bibliográfica torna-se oportuna para evidenciar o que existe na literatura correlata e para corroborar a importância deste trabalho, visto que a agroindústria canavieira credencia-se como um dos segmentos de muitas abordagens acadêmicas. A importante participação da cana-de-açúcar na história econômica do País é assunto sempre discutido, seja em trabalhos de maior abrangência - (AMARAL, 1940; SIMONSEN, 1969; PAIVA *et alii*, 1973; FURTADO, 1974; PRADO JÚNIOR, 1981) - ou em trabalhos específicos sobre o setor - (CALMON, 1935; DÉ CARLI, 1942; AZEVEDO, 1958; QUEDA, 1972). Além disso, existem temas que são realçados amiúde em pesquisas, quais sejam: perspectivas do mercado interno do açúcar, disparidades regionais e planejamento da agroindústria açucareira (SZMRECSÁNYI, 1979); mercado externo açucareiro (JANK, 1990); estrutura fundiária (RAMOS, 1991); e, mais recentemente, o Proálcool (MELO & FONSECA, 1981; PELIN, 1983; GONTIJO, 1985; MOTTA, 1987).

Em termos históricos, a economia canavieira de Minas Gerais é abordada, entre outros, por Costa Filho (1963) e Clarck (1935). O primeiro autor projeta a cana-de-açúcar no conjunto da história geral de Minas, dividindo-a em quatro períodos: a implantação (a partir de 1705), a fase da proibição de construção de engenhos em Minas (a partir de 1714), a liberdade da indústria e o aumento quantitativo de unidades produtivas (a partir de 1828) e, por fim, a fase da reforma tecnológica, na qual teve início a transformação dos engenhos centrais em usinas (a partir de 1885). Clarck (1935) ressalta que a cana-de-açúcar não teve, em Minas Gerais, a mesma expansão observada em outros Estados.

Em trabalhos que remontam a períodos mais recentes, Renault (1978), mediante um estudo descritivo, examina a importância do complexo açucareiro mineiro como parte de um todo mais amplo. O autor aborda o cenário nacional do açúcar, relatando aspectos como a distribuição da produção para consumo interno e externo, e a distribuição da produção entre as regiões. Em seguida, em um contexto regional, a evolução do preço do açúcar é cotejada com outros importantes produtos do Estado. A produção e

seus determinantes, os rendimentos agrícola e industrial das unidades produtivas, o consumo, a comercialização e as características agronômicas da cultura canavieira em Minas Gerais são alguns indicadores usados por Renault (1978).

BDMG (1964, 1969, 1973 e 1985) destaca-se em qualquer revisão bibliográfica que procure ressaltar o quadro conjuntural da agroindústria açucareira do Estado de Minas Gerais. Isto porque tal instituição vem elaborando estudos sobre este assunto com o propósito de orientar políticas estaduais. Salienta-se que o BDMG lida rotineiramente com importantes usinas e destilarias da região, posto que é credor de várias delas.

De semelhante maneira procede a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI) - ver CEMIG (1987a e 1987b) -, ou seja, realizam estudos do complexo agroindustrial canavieiro com vistas ao direcionamento de políticas estaduais.

Não obstante os vários estudos comentados acima, ainda não foi realizada uma análise satisfatória das razões pelas quais Minas Gerais não acompanhou a evolução da agroindústria canavieira nacional a partir da segunda metade da década de 30, e que fez aquele Estado passar de uma posição de destaque nessa agroindústria a uma posição intermediária.

Para realizar essa análise é necessário conhecer a história da agroindústria canavieira mineira. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais desde a sua gênese no Estado até 1955.

Procura-se evidenciar quais foram os entraves responsáveis pelo não avanço das forças produtivas dessa agroindústria canavieira. Para isto, compara-se a agroindústria canavieira mineira com a de São Paulo (região administrativa vizinha a Minas Gerais e onde tal atividade apresentou grande dinamismo a partir da segunda metade da década de 1930) e avalia-se a competição da cana-de-açúcar com outros produtos pelos fatores de produção situados no meio rural de Minas Gerais.

Este trabalho apresenta-se sob a forma de um ensaio histórico, onde se procura avaliar as seguintes hipóteses:

- 1<sup>a</sup>) A agroindústria canavieira de Minas Gerais ter-se-ia defasado em relação à de São Paulo devido às características pertencentes especificamente a essa última região. Isto é, condições naturais sem grandes restrições para o desenvolvimento da cultura da cana e maior concentração econômica (mercado interno para o açúcar, mercado de trabalho, número e porte das usinas etc.).
- 2<sup>a</sup>) Outros produtos como o café (em sua fase inicial de expansão) e os baseados na pecuária teriam, no meio rural de Minas Gerais, competido com a cana-de-açúcar pelos fatores de produção, limitando o desenvolvimento desta atividade.
- 3<sup>a</sup>) Políticas públicas federais - principalmente as elaboradas pelo extinto Instituto do Açúcar e do Alcool, IAA - direcionadas à agroindústria canavieira de Minas Gerais pouco incentivaram o avanço da cultura da cana-de-açúcar no Estado.

Dentro dessa ênfase histórica, relevam-se dois tipos de análises: a endógena e a exógena.

A análise exógena fundamenta-se na comparação entre os aspectos caracterizadores da agroindústria canavieira de São Paulo com os de Minas Gerais. A preocupação desse cotejo é mostrar as razões do desempenho diferente de uma mesma cultura em Estados vizinhos.

Na análise endógena pretende-se comparar a evolução da agroindústria canavieira com a evolução de outros destacados produtos da agropecuária mineira - principalmente o café e os produtos obtidos da pecuária. Procura-se, por meio dessa análise, uma melhor compreensão da estrutura e funcionamento da economia canavieira de Minas Gerais, internalizada no contexto geral da agropecuária estadual.

Complementando essas análises, é realizada uma abordagem referente à intervenção do Estado na agroindústria canavieira do Brasil e seus efeitos em Minas Gerais.

É importante destacar que o presente estudo se realizou em um quadro de insuficiência de dados e de informações primárias, em vista não só da escassez de referências como da não fidedignidade de algumas entrevistas informais realizadas com os agentes envolvidos com esta agroindústria.

Apresentamos a seguir (item 1) uma breve análise da evolução da agroindústria canavieira de Minas Gerais e de São Paulo no período de 1531 a 1955. Os itens 2, 3 e 4 foram elaborados tendo em vista discutir, individualmente, cada uma das hipóteses formuladas acima. O último item apresenta as conclusões do trabalho.

## **1 - Evolução Diferenciada da Agroindústria Canavieira de Minas Gerais e de São Paulo no Período de 1531 A 1955**

Este item relata, brevemente, a história da cultura da cana-de-açúcar e de sua indústria processadora em Minas Gerais e em São Paulo no período de 1531, data da introdução da cana-de-açúcar em São Paulo, até 1955 -, com o intuito de destacar os aspectos que as distinguiram.

Para efeitos didáticos, periodiza-se este intervalo tomando como pontos de referências a gênese da cana-de-açúcar em São Paulo e Minas Gerais e o aparecimento dos engenhos centrais.

### **1.1 - Da Gênese da Cana-de-Açúcar em São Paulo e Minas Gerais até o Aparecimento dos Engenhos Centrais**

Sobre a origem da cultura canavieira em São Paulo, MEYER (1935, p. 153) salienta que a "*história da cana-de-açúcar em São Paulo remonta os primórdios da capitania de São Vicente.*" De fato, São Vicente foi um dos berços da indústria açucareira paulista e brasileira, constando nos fatos históricos que a cana-de-açúcar fora introduzida em terras vicentinas em 1531, reunindo o desejo lusitano de colonização e defesa das terras brasileiras.

No tocante a Minas Gerais, a cana-de-açúcar começou a lograr relativo sucesso a partir da exploração de ouro e pedras preciosas nesta região. O amplo mercado formado pela migração maciça às minas (muitos com conhecimento das técnicas de cultivo da cana e fabrico do açúcar), a distância dos grandes centros produtores, a circulação de riqueza na região mineira e a relativa disponibilidade de mão-de-obra e terras (mesmo a par das dificuldades do relevo), foram os principais condicionantes para implantação da agroindústria canavieira em Minas Gerais.

Dados de Costa Filho (1963) indicam que de 1705 - data provável da montagem do primeiro engenho em Minas Gerais - até 1718/1719, quando esta região ainda estava atrelada a São Paulo, foram construídos, em média, quatorze engenhos por ano. Em 1822 São Paulo contava com 458 engenhos (MEYER, 1935). Para efeito de comparação - quantitativa -, Minas Gerais contava com aproximadamente 1000 engenhos por volta desse mesmo período (COSTA FILHO, 1963). Não obstante o maior número de engenhos possuídos por Minas Gerais, deve ser destacado que esta região administrativa possuía maior população do que São Paulo. De fato, Minas Gerais possuía, em 1819, uma população equivalente a 631.885 habitantes, enquanto São Paulo possuía apenas 238.323 habitantes.<sup>(1)</sup>

Três importantes pontos sobressaem nesse período de proliferação dos engenhos em Minas Gerais. Primeiro, o ambiente adverso à cana-de-açúcar que ocorreu de 1714 a 1827, caracterizado pela proibição de construção de engenhos. Em plena ocorrência do ciclo do ouro, era preciso que as autoridades portuguesas direcionassem boa parte dos esforços dos colonos fixados em terras brasileiras, inicialmente em regiões próximas às jazidas, para a extração de ouro e pedras preciosas descobertas em Minas Gerais. Embora houvesse restrições à implantação de engenhos nas áreas auríferas, esses se localizaram nas regiões vizinhas ou se instalaram de maneira clandestina.

O segundo ponto refere-se à caracterização das unidades produtivas de Minas Gerais, tipicamente rudimentares. Dé Carli (1942, p. 33) considera que "*salvo pequenas exceções, o grande Estado alpino vive ainda a era colonial do açúcar, ficando, porém, em situação de desvantagem ante a potência dos engenhos bangüês de Pernambuco e Baía daquela época*".<sup>(2)</sup>

Por fim, o terceiro ponto refere-se ao elevado consumo mineiro de aguardente, sendo os escravos um dos principais consumidores deste produ-

---

(1) Os dados da população de São Paulo consideram inclusive os habitantes da Comarca de Cabo Verde, pertencente a Minas Gerais (FIBGE, 1990). Considerando a população em 1819 e o número de engenhos em 1822, tínhamos, em Minas Gerais, 632 habitantes por cada engenho e, em São Paulo, 520 habitantes por cada engenho.

(2) Essa situação de desvantagem é, em parte, explicada pelo fato da produção mineira ser destinada ao mercado doméstico, enquanto as outras regiões de destaque - Pernambuco, São Paulo etc. dirigiam importantes frações de suas produções para o mercado externo, mais exigente em termos de qualidade do produto. Neste caso, essas unidades produtivas tinham maior capitalização e dinamismo *vis-à-vis* às unidades mineiras.

to (LUNA & COSTA, 1982).<sup>(3)</sup> Por meio dessa bebida os negros podiam usufruir de horas de "fuga", onde procuravam esquecer as duras condições da escravidão. A compra dessa bebida podia ser feita por intermédio do rendimento das lavras, ou pelo prêmio à produtividade dos escravos nesta tarefa. Isto contribuía para evitar pequenos roubos e para manter os escravos "alienados", evitando, assim, as fugas (LUNA & COSTA, 1982).

## 1.2 - O Surgimento dos Engenhos Centrais

Em 1854 existiam em Minas Gerais, segundo Costa Filho (1963), cerca de 3578 engenhos. Contudo, o final do século XIX assinala o início da transformação tecnológica ocorrida na agroindústria canavieira mineira. Em 1885 foi inaugurado o primeiro engenho central de açúcar em Minas Gerais. Tratava-se da Companhia Engenho Central Rio Branco, situada no município de Visconde do Rio Branco, mesorregião Mata e Rio Doce Mineiro. No mesmo ano e nessa mesma mesorregião, sita no município de Ponte Nova, era fundada a Usina Anna Florência, que foi a primeira usina mineira. Tratava-se do ex-Engenho Central Vieira Martins & Cia., também instituído em 1885 e transformado em Usina Anna Florência logo em seguida (portanto, teve curta duração enquanto engenho).

Em São Paulo, a partir de meados do século XIX, a produção açucareira ficou praticamente inerte (RAMOS, 1991). Dois fatores contribuíram para isso: a forte concorrência do café (que estava em sua fase de expansão e, portanto, concorrendo com outras atividades pelos fatores de produção) e a crise que afligiu o mercado do açúcar de 1850/51 em diante. Contudo, nesta colocação reside um ponto de fundamental importância na qual Ramos (1991, p. 49-59), abalizado em Bray (1989), expõe: "*o advento da lavoura cafeeira no 'quadrilátero do açúcar' de São Paulo (delimitado pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí) criou uma situação bastante distinta daquelas que vigorava no Nordeste. Como as fazendas (e o Estado) tinham áreas destinadas à futura expansão dos canaviais, foi possível ocupá-las com aquela lavoura (café), mais lucrativa. Isto fez surgir em São Paulo as chamadas 'fazendas mistas', implantando-se cafezais próximos aos engenhos de açúcar e aguardente.*"<sup>(4)</sup>

---

(3) Torna-se importante ressaltar o argumento de que o mercado consumidor de aguardente em Minas Gerais ia muito além da população escrava (aproximadamente 30% da população total).

(4) As "fazendas mistas" também existiram em Minas Gerais; entretanto, estas apresentavam

Segundo Queda (1972), o primeiro engenho central paulista projetado e implementado para realizar um trabalho específico, não sendo, portanto, sucessor de unidades anteriores aos engenhos centrais - foi constituído em 1877, em Porto Feliz, região vizinha a Piracicaba. Em 1882 foi fundado o Engenho Central de Piracicaba, em 1884 o de Lorena e o de Vila Raffard, em 1889 o de Freitas (mais tarde Tamoio) e em 1904 o de London (mais tarde Amália). Quanto à constituição dos engenhos centrais paulistas, em Ramos (1991) constata-se que um fazendeiro de cana-de-açúcar, um de algodão e outro de café, além de um capitalista do Rio de Janeiro, foram os principais responsáveis pela organização do Engenho Central de Porto Feliz. Fazendeiros de cana e de café organizaram o Engenho Central de Piracicaba. O de Lorena teve na raiz de sua constituição fazendeiros que foram tradicionais na produção canavieira e que adentraram no ramo do café. O de Raffard também teve contribuição de fazendeiros de café e de cana para sua criação.

Houve em São Paulo - no período em que a cafeicultura já estava consolidada - o direcionamento de fração dos lucros dessa atividade para usinas, bancos, fábricas e ferrovias, bem como uma forte entrada de imigrantes estrangeiros e nacionais para o Estado o que, indubitavelmente, propiciou não só um excelente mercado de mão-de-obra, como também um razoável mercado consumidor. Em Minas Gerais, a cafeicultura caracterizou-se por ser pouco dinâmica e por gerar pouco excedente. Isto denota uma peculiaridade agrária histórica para este Estado, ou seja, Minas Gerais, em certas áreas limítrofes aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, se apresentou como "áreas de transbordamento" desses mercados, sendo, portanto, "marginais" a essas regiões mais dinâmicas.

Sobre o perfil dos "empresários" mineiros da agroindústria canavieira, Carvalho (1954) ressalta o tradicionalismo deste povo. A relação café/cana evidenciada em São Paulo não teve a mesma importância em Minas Gerais. As propriedades cafeeiras de Minas Gerais eram menores do que as paulistas e o café produzido em Minas Gerais era negociado mediante uma estrutura localizada fora dos limites geográficos daquele Estado. Isto fez com que

---

associações de produtos muitas vezes distintas das de São Paulo, como, por exemplo, café e leite, cana-de-açúcar e mineração, entre outras. Ademais, o dinamismo dessas fazendas também apresentava peculiaridades diferentes em relação às "fazendas mistas" de São Paulo (que eram mais dinâmicas que as mineiras).

a cafeicultura mineira (em sua fase de consolidação) gerasse menores excedentes econômicos em comparação ao gerado pela cafeicultura paulista (BACHA, 1988), tendo aquela atividade menor capacidade de transferência de capital a outros empreendimentos.

Outro aspecto que distinguia as duas agroindústrias canavieiras em questão era a importância da participação dos imigrantes na agroindústria canavieira paulista (atestada por nomes como Soci  t   des Sucreries Br  siliennes, Matarazzo, Ometto e Dedini). Este fato foi pouco verificado para Minas Gerais, cuja exce  o refere-se   fam  lia Bouchardet.

Estas diferen  as entre as agroind  strias canavieiras de S  o Paulo e Minas Gerais quanto a cria  o de engenhos, na rela  o caf  /cana e na participa  o de imigrantes - viabilizaram, em um momento posterior, a constitui  o de estruturas industriais bastante distintas.

Nas primeiras d  cadas do presente s  culo, Minas Gerais manteve uma estrutura produtiva baseada em engenhos, e S  o Paulo desenvolveu uma estrutura baseada em usinas. Na Tabela 1 constatamos que o n  mero de usinas existente em Minas Gerais era, em 1910 e em 1920, muito reduzido em rela  o ao existente em S  o Paulo.

**TABELA 1**  
**N  MERO DE USINAS, CAPITAL INVESTIDO E**  
**PRODU  O DE A  C  R EM MINAS GERAIS, S  O**  
**PAULO E BRASIL 1910, 1920 E 1933**

Ano	Número de Usinas			Capital Investido (em milhões de réis) <sup>(5)</sup>			Produ��o (em toneladas)		
	MG <sup>(1)</sup>	SP <sup>(2)</sup>	BR <sup>(2)</sup>	MG	SP	BR	MG <sup>(1)</sup>	SP <sup>(6)</sup>	BR <sup>(4)</sup>
1910	3	12	187	1,0	9,4	73,3	2.232	23.915	331.740
1920	5	12	233	5,3	21,9	217,1	8.026	31.729	727.680
1933	22	29 <sup>(3)</sup>	290 <sup>(4)</sup>				15.516	109.720	996.120

Nota: A produ  o mineira de 1910 corresponde   safra 1912/13; para as produ  es de S  o Paulo e Brasil, as safras s  o 1910/11, 1920/21 e 1933/34.

Fonte: (1) Dados de CLARCK (1935), (2) dados de SZMRECS  NYI (1988), (3) dados de IAA, (4) Dados de SZMRECS  NYI (1979), (5) dados de D   CARLI (1936) e (6) dados de QUEDA (1972).

Minas Gerais era, nas três primeiras décadas do atual século, o Estado que detinha maior número de engenhos de açúcar no Brasil (veja a Tabela 2). De modo geral, os engenhos de açúcar existentes no Brasil, nesse período, não eram de bom nível técnico. Sobre isto Dé Carli (1942, p. 35) alude que "*é completamente rudimentar a indústria açucareira, distribuída em algumas dezenas de milhares de engenhos, muitos deles de uma incrível simplicidade*". Este menor nível técnico dos engenhos estava associado ao fato de sua produção ser, principalmente, açúcar mascavo e destinar-se ao mercado consumidor nacional.

**TABELA 2**  
**DISTRIBUIÇÃO DE ENGENHOS NO BRASIL,**  
**POR ESTADOS, 1935**

Estado	Número de engenhos	Participação
Acre	96	0,4
Amazonas	37	0,2
Pará	68	0,3
Maranhão	321	1,4
Piauí	546	2,5
Ceará	1.398	6,3
Rio Grande do Norte	333	1,5
Paraíba	978	4,4
Pernambuco	1.273	5,7
Alagoas	578	2,6
Sergipe	125	0,6
Bahia	1.381	6,2
Espírito Santo	145	0,7
Rio de Janeiro	644	2,9
São Paulo	1.104	5,0
Paraná	60	0,3
Santa Catarina	1.272	5,7
Rio Grande do Sul	271	1,2
Minas Gerais	9.944	44,7
Mato Grosso	76	0,3
Goiás	1.402	6,3
Total Nacional	22.261	100,0

Fonte: AMARAL (1940, p.144).

Devido à predominância dos engenhos na agroindústria açucareira de Minas Gerais, a produção de açúcar desse Estado era, basicamente, oriunda daqueles estabelecimentos. Em 1935, Minas Gerais produziu 2.494 mil sacos de açúcar de 60 kg, dos quais 85% foi gerado em engenhos. A produção de açúcar em São Paulo, em 1935, foi de 2.253 mil sacos, dos quais 89% foi gerado em usinas (Tabela 3).

Observe que nesse ano de 1935 Minas Gerais se destacou na produção nacional de açúcar. A produção mineira correspondeu a 48% da produção elaborada em Pernambuco (na época o principal Estado produtor de açúcar no Brasil).

**TABELA 3**  
**PRODUÇÃO DE AÇÚCAR ORIUNDA DE USINAS E DE**  
**ENGENHOS NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, SÃO**  
**PAULO E MINAS GERAIS - 1935 A 1955 (mil sacos de 60 kg)**

Ano	Pernambuco		São Paulo		Minas Gerais	
	Açúcar Usina	Açúcar Engenho	Açúcar Usina	Açúcar Engenho	Açúcar Usina	Açúcar Engenho
1935	4.431	800	2.017	236	382	2.112
1936	3.559	664	2.147	331	389	2.175
1937	2.533	531	2.408	324	416	2.281
1938	3.720	491	2.199	282	328	1.907
1939	4.614	565	2.464	325	382	2.111
1940/41	4.657	697	2.330	394	532	2.010
1941/42	4.532	610	2.252	367	537	2.325
1943/44	5.450	600	2.959	400	418	2.100
1944/45	4.702	450	3.067	450	469	1.800
1945/46	4.822	811	2.894	312	639	1.936
1946/47	5.927	983	4.410	341	698	1.913
1947/48	7.732	783	5.599	268	769	1.653
1948/49	7.859		5.802		752	
1949/50	6.466		5.945		868	
1951	7.642		8.126		1.333	
1952	9.209		9.381		1.241	
1953	9.400	-	11.693		1.492	
1954	9.840		13.076		1.572	
1955	9.872		11.892		1.458	

Nota: De 1935 a 1939 e de 1951 a 1955 = anos civis; 1940 a 1950 = anos safras.

Fonte: Anuário Açucareiro, vários anos.

No período de 1936 a 1955 a produção de açúcar paulista cresceu a um ritmo maior do que a de Minas Gerais (Tabela 3). Em 1947/48, a produção de açúcar de São Paulo era de 5.867 mil sacos de 60 kg e a de Minas Gerais era de 2.422 mil sacos. Esse grande dinamismo da agroindústria açucareira paulista, a partir da segunda metade da década de 30, se deveu à expansão da produção oriunda de usinas.

A agroindústria canavieira de Minas Gerais sofreu mudanças a partir da segunda metade da década de 1930, quando ocorreu maior apoio, oriundo do setor público federal, às usinas, sem haver incentivo correspondente aos engenhos (assunto que será tratado no item 4). Não obstante, a produção oriunda das usinas não permitiu a Minas Gerais manter, no cenário nacional, a posição que teve na metade da década de 30.

Em 1947/48 a produção de açúcar de Minas Gerais correspondia a 28% da produção de Pernambuco. Como vimos acima, essa porcentagem foi de 48 pontos em 1935.

Nos próximos itens analisamos alguns elementos que explicam a diferença de dinamismo das agroindústrias açucareira mineira e paulista que evidenciamos acima.

## **2 - Fatores Naturais e Econômicos que Afetaram a Evolução da Agroindústria Canavieira de Minas Gerais e de São Paulo**

O Estado de São Paulo teve na área conhecida como "quadrilátero do açúcar" condições naturais (quanto ao relevo, clima e fertilidade da terra) adequadas à expansão da cana-de-açúcar. Junto a essas condições se associou as vantagens fornecidas pela atividade cafeeira em sua fase de consolidação (assunto já analisado no item anterior). Além do fornecimento de capital, a cafeicultura em São Paulo permitiu a formação de um mercado de trabalho também adequado à cana-de-açúcar.

Em Minas Gerais, a dotação de fatores naturais necessários para o adequado cultivo da cana-de-açúcar apresentava algumas limitações, quais sejam: relevo relativamente ondulado e restrições térmicas e hídricas em certas partes das áreas de ocorrência da cultura canavieira.<sup>(5)</sup>

---

(5) Em certas regiões de relevo ondulado em Minas Gerais poderia se desenvolver a "cana de

A agroindústria canavieira em Minas Gerais se disseminou, inicialmente, em áreas próximas aos incipientes centros urbanos. Essas áreas estavam vinculadas diretamente à exploração aurífera. Na atual configuração do Estado mineiro, constata-se que a maioria dessas agroindústrias localizaram-se na mesorregião do Centro-Leste Mineiro, nas microrregiões do Espinhaço Meridional e Campos da Mantiqueira.

Dados de Costa Filho (1963) revelam que a mesorregião do Centro-Leste Mineiro concentrava a maior parte dos engenhos existentes em 1854 (cerca de 31,4% do total de engenhos). Itabira e Mariana tinham, respectivamente, 12,7% e 9,5% do número total de engenhos e eram os municípios que mais se realçaram no cenário regional. A mesorregião do Sudoeste Mineiro representou cerca de 19,2% desse total de estabelecimentos, seguindo-lhe o Nordeste Mineiro (17,0%), Triângulo Mineiro (8,9%), Centro-Leste Mineiro (7,3%), Belo Horizonte - município de Sabará e Caeté - (7,0%), Mata e Rio Doce Mineiro (6,7%) e Noroeste Mineiro (2,5%).

Segundo publicação da Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais (1980), o Centro-Leste Mineiro, área onde se concentrou inicialmente a agroindústria canavieira, apresenta topografia relativamente acidentada e com ocorrência de carência térmica, o que caracteriza tecnicamente boa parte da região como restrita (pelas características topográficas) e restrita à inapta (pelas características térmicas) para o cultivo da cana-de-açúcar.

Isto atesta o fato de que a implantação da agroindústria canavieira em Minas Gerais veio atender primeiramente à demanda dos centros próximos da exploração de ouro, dispensando-se *a fortiori* aptidões edafo-climáticas relativamente favoráveis para o cultivo da cana. Isto não permitiu a continuidade da expansão de parcela da agroindústria canavieira após o fim do ciclo do ouro.

O mercado de trabalho formado para desenvolver a cafeicultura em São Paulo favoreceu a agroindústria canavieira em dois sentidos: fornecimento de mão-de-obra e formação de mercado consumidor.

---

encosta", de modo que o relevo não se caracterizaria como uma séria restrição à expansão da cana-de-açúcar. Não obstante, essas regiões também eram muito propícias à expansão do café, e esta atividade, ao competir com a cana-de-açúcar pelos fatores de produção, "coibiu" o desenvolvimento da cultura da cana em tais áreas (este tema é melhor discutido no item 3).

Em Minas Gerais, o mercado de trabalho formado para atender a expansão da cafeicultura - baseado em regime de parceria que, segundo Gnaccarini (1980), era uma extensão da escravidão - vinculava a cultura da cana-de-açúcar a uma modalidade pré-capitalista de trabalho, que não permitia o surgimento de um mercado consumidor mais dinâmico.

No item anterior já analisamos a relação cana/café em Minas Gerais e em São Paulo. Em parte devido a essa relação, as usinas montadas em São Paulo puderam ser de maior escala do que as de Minas Gerais. Isto se conclui do exame do capital médio investido e da produção média por usina em Minas Gerais e em São Paulo (vide Tabela 1). A maior dimensão das usinas em São Paulo, em relação às de Minas Gerais, permitiu àquelas uma maior capacidade de investimento diante de planos incentivadores patrocinados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que serão analisados no item 4.

Pelo discutido até aqui podemos concluir que a hipótese primeira, formulada no início desse trabalho, foi validada. Isto é, a agroindústria canavieira de Minas Gerais se defasou em relação à de São Paulo em decorrência das condições naturais e da maior concentração econômica neste último Estado.

### **3 - Os Principais Produtos da Agropecuária Mineira e a Cana-de-Açúcar**

Este item analisa se outros produtos elaborados em Minas Gerais (como o café, os produtos obtidos da pecuária e as lavouras de consumo interno) competiram com a cana-de-açúcar na utilização dos fatores de produção no meio rural. Convém salientar que a precariedade das estatísticas oficiais sobre a produção e a área cultivada com cana-de-açúcar, em períodos remotos, dificulta qualquer asserção pormenorizada sobre o assunto. Sabe-se, todavia, que as produções de açúcar, rapadura e aguardente de Minas Gerais eram, em sua maior parte, direcionadas para o seu próprio mercado doméstico, sendo os excedentes, bem pequenos, exportados (CLARCK, 1935).

Analisando as exportações de açúcar, rapadura e aguardente, retratadas na Tabela 4, observa-se a existência de oscilações consideráveis entre os quinquênios estudados. Entretanto, agregando esses quinquênios em períodos de 15 anos, constatar-se-á, a partir dos novos valores, um aumento das exportações dos produtos citados ao longo de 1845 a 1889. Diga-se de passagem, que este período caracterizou-se pela hegemonia do café.

**TABELA 4**  
**EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR, RAPADURA E**  
**AGUARDENTE DE MINAS GERAIS, NO PERÍODO DE**  
**1845 A 1889**

Período	Açúcar (em kg)	Rapadura (em kg)	Aguardente (em litros)
1845/1849	106.275	1.980	
1850/1854	748.450	692.434	
1855/1859	339.370	486.018	
1860/1864	155.947	83.367	
1865/1869	910.752	968.115	
1870/1874	462.966	957.047	
1875/1879	186.095	835.447	113.092
1880/1884	209.763	1.265.920	340.021
1885/1889	2.178.932	723.252	499.002

Fonte: CLARCK (1935, p.77).

Isto implica que as exportações de açúcar, rapadura e aguardente continuaram a crescer ao longo do período de predomínio das exportações de café. O que, frisa-se, não é suficiente para dizer que a agroindústria canavieira de Minas Gerais não competiu com a cafeicultura (na fase de expansão desta última) pelos fatores de produção situados no meio rural. Primeiro, porque as exportações dos produtos da agroindústria canavieira não foram quantitativamente substanciais. Ressalta-se, novamente, que apenas uma fração do total da produção mineira de açúcar, rapadura e aguardente era exportada (CLARCK, 1935). Segundo, porque apesar da ausência de dados referentes à quantidade produzida desses produtos para a época pode-se aferir que o café - particularmente - e produtos agrícolas de subsistência contribuíram para "coibir" o desenvolvimento da cana-de-açúcar em áreas antes representativas nesta cultura ou, pelo menos, dividir com

a agroindústria canavieira o centro das atenções da região. Em Mar de Espanha, Aiuruoca, Lavras, Oliveira e Ubá contavam-se, respectivamente, 50, 16, 70, 74 e 146 engenhos em 1854. A partir da difusão da cafeicultura e de atividades de subsistência nessas regiões, essas unidades produtivas foram gradativamente perdendo importância, chegando em 1934 a não terem o destaque de outrora.

Segundo Bacha (1988), de modo geral a expansão cafeeira em Minas Gerais não deslocou nenhuma atividade preexistente, pois aquela se fazia, geralmente, em áreas revestidas com matas.

Não obstante, a cafeicultura se mostrava como uma atividade mais lucrativa que a cana-de-açúcar, pois tinha menores custos monetários do que a última (FURTADO, 1974) e dispunha de mercado e condições de comercialização bastante favoráveis. Devido a esses elementos, a cafeicultura, em sua fase de expansão, atraiu fatores de produção - como a terra e a mão-de-obra - que poderiam se deslocar para outras atividades, como a agroindústria canavieira, inibindo o desenvolvimento delas.

Isto significou, pois, a perda da importância relativa da agroindústria canavieira, sendo que em algumas regiões - já citadas - constatou-se a estagnação dessa atividade e a ascensão da cafeicultura. Simonsen (1973) constata o fato de que, ao se expandir na Zona da Mata, em Minas Gerais, o café atraiu numerosas pessoas, entre agricultores descendentes ou sucessores dos fidalgos que haviam recebido de D. João VI um grande número de sesmarias nessa região. Tal ocorrido vem denotar o interesse que as pessoas tiveram pelo café, concentrando, desta feita, as atenções em torno dessa cultura.

Observe que uma vez consolidada a cafeicultura em Minas Gerais, essa atividade poderia gerar excedentes que dinamizassem outros empreendimentos. Contudo, vimos no item anterior que a cafeicultura mineira, na sua fase de consolidação, gerou poucos impactos, em relação aos observados em São Paulo, que pudessem dinamizar a agroindústria canavieira.

Outra atividade que, de certa forma, "concorreu" internamente com a agroindústria canavieira mineira pelos fatores de produção foi a pecuária. Em Prado Júnior (1972, p. 196) pode-se observar que, em fins do século XVIII, *"a produção local de Minas Gerais já tirava aos sertões do Nordeste o*

*mercado de carne dos centros mineradores"* Clarck (1935, p. 76) ressalta o fato de a pecuária ser, após esgotados os depósitos auríferos em Minas Gerais, o foco das atenções dessa economia; *"a cana-de-açúcar não podia alcançar senão um lugar secundário na ordem das atividades agrícolas locais"*.

Singer (1977, p. 208), citando Taunay, salienta que *"a economia mineira no começo do século pode ser aquilatada pelos dados de exportação, que nos são proporcionados por Eschwege, referentes a 1818/19. Os itens mais importantes são representados por produtos da pecuária: gado vacum (248,2 contos), bestas (90,7 contos), porcos (90,5 contos) e queijos (79,5 contos). Seguem-se alguns produtos da lavoura: fumo (70,4 contos), algodão (58,9 contos) e açúcar (45,7 contos). O café ocupa um lugar modesto, com apenas 29 contos."* Em 1842/1843, as bestas (1.810 contos), os bois (1.170 contos) e o café (592 contos), foram os itens que maior importância tiveram na pauta de exportação de Minas Gerais. Em 1859/1860 o café passou a ser o produto de maior destaque na pauta de exportação do Estado (SINGER, 1977).

Uma das razões básicas para o desenvolvimento da pecuária, não só em Minas Gerais, como também em outras áreas do Brasil, reside no fato de a carne, leite e seus derivados serem artigos de consumo de relativo acesso às comunidades locais, até mesmo aos escravos (ANTONIL, 1982).

Para Furtado (1974, p. 59), *"no que respeita à disponibilidade de capacidade empresarial, a expansão criatória não parece haver encontrado obstáculos. Essa atividade apresentava mais atrativos ao colono sem recursos do que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado."*

Envolvendo maiores especificações para Minas Gerais, Prado Júnior (1972) reúne uma série de fatores que colaboraram para que a pecuária viesse a ser uma forte atividade econômica no Estado. O Norte de Minas, prolongamento natural da Bahia, recebeu algumas características desta última região, dentre as quais o domínio de fazendas de gado - ainda que nessas áreas o baixo índice de pluviosidade viesse a prejudicar a criação. O sul do Estado, por sua vez, destacou-se no contexto estadual da pecuária por agregar em sua região fatores como a abundância de água e vegetação propícia às criações - apesar de contar com terrenos relativamente ondulados.

A virada do século XIX para o século XX acusou, em termos de pauta de exportação mineira, a retomada da importância dos produtos oriundos da pecuária (Tabela 5).

**TABELA 5**  
**PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MINAS**  
**GERAIS EM 1888, 1898 E 1908**

Ano	Produto da lavoura	Produto da pecuária
1888	81% (café 79%)	12% (gado vacum 7%)
1898	72% (café 68%)	18% (gado vacum 10%) (queijo 4%)
1908	50% (café 38%) (fumo 4%)	35% (gado vacum 19%) (queijo 4%) (toucinho 3%)

Fonte: JACOB, R., Minas no XX<sup>o</sup> século, p. 411 e 412. Extraído de SINGER (1977, p. 227).

De modo idêntico ao da relação cana-de-açúcar *versus* café (na fase inicial de expansão deste último), a relação cana-de-açúcar *versus* pecuária não apresenta estatísticas que possibilitem afirmar, sem "sombra de dúvida", se o deslocamento da primeira atividade se deu em decorrência de uma expansão da segunda. O que se pode dizer, com base em referências, é novamente uma expansão de criações - gado vacum e suínos, basicamente - em áreas com alguma expressão na agroindústria canavieira e, com isso, deduzir, caso seja possível, que tal atividade colaborou para "coibir" um provável desenvolvimento da cultura canavieira nessa região, ou mesmo dividir o centro das atenções na região.

A Tabela 6 mostra a evolução da quantidade produzida e o valor da produção da cana-de-açúcar, café, bovinos e suínos para alguns anos da década de 20 do presente século.

TABELA 6  
QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO  
PARA A CANA-DE-AÇÚCAR, CAFÉ, BOVINOS E  
SUÍNOS EM MINAS GERAIS - 1923, 1927, 1928 E 1929

Produto	1923		1927		1928		1929	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cana	3.155	95	3.020	96	3.234	98	3.264	103
Café	253	519	301	648	291	525	348	487
Bovinos	1.987	317	2.016	362	2.075	305	2.110	378
Suínos	2.387	286	1.860	334	2.013	360	2.320	417

Nota: A quantidade de café e cana está medida em toneladas, as quantidades de bovinos e suínos estão medidas em mil cabeças e os valores estão medidos em mil contos de réis.

Fonte: COSTA (1978).

Em termos de valor da produção, realmente a cana-de-açúcar foi relativamente menos expressiva (em valores absolutos). O café e a pecuária (bovinos e suínos) sobressaíram neste sentido, porém, exceto o valor da produção de suínos, os outros dois produtos apresentaram oscilações durante o período enfocado. Sobre as evoluções das quantidades produzidas, observa-se que a cana-de-açúcar e suínos praticamente mostraram uma estagnação, a produção do café, apesar de oscilar em 1928, cresceu, e a produção de bovinos foi ascendente ao longo dos anos considerados.

Não se pode dizer, categoricamente, que essa atividade - a pecuária - veio deslocar a cana-de-açúcar, em particular no Sul de Minas, região de importância tanto na agroindústria canavieira como na pecuária. Não obstante, o aumento do número de cabeças nessa localização - por exemplo, apenas em Alfenas (1903/1905) existiam cerca de 305.000 cabeças de gado e 291.500 cabeças de suíno (SINGER, 1977) - dividiu, de certa maneira, o centro das atenções entre as opções agropecuárias.

A "concorrência" da pecuária com a agroindústria canavieira e outros produtos em Minas Gerais - café, vinho e cereais - ocorreu em localidades específicas, pois a disseminação dessas atividades não encampou sempre as mesmas áreas. Outro fator de importância alude à evolução dessas duas atividades sob a ótica do mercado interno e externo. Vê-se, aí, uma notável diferença. Isto é, a agroindústria canavieira mineira, conforme já exposto, direcionava uma maior fração de sua produção para o mercado doméstico, e

apenas um pequeno excedente para o mercado externo nacional - regiões limítrofes a esse Estado alpino -, basicamente Rio de Janeiro e São Paulo. A pecuária, todavia, desempenhou relevante papel, tanto no contexto do mercado doméstico quanto do mercado externo ao Estado.

Do exposto acima, pode-se aferir, pelos resultados apresentados, que a agroindústria canavieira de Minas Gerais teve, de certa maneira, "coibido" seu desenvolvimento pela expansão do café (na fase inicial deste último) e, por outro lado, teve que dividir as atenções com a pecuária. Apesar disso, para confirmar a segunda hipótese formulada na introdução desse trabalho é necessário empreender novos esforços para quantificar a concorrência entre as atividades agrícolas pelos fatores de produção situados no meio rural.

#### **4 - A Intervenção do Estado na Agroindústria Canavieira do Brasil e seus Efeitos em Minas Gerais**

Nesse item procuramos analisar se as políticas públicas federais direcionadas à agroindústria canavieira tiveram impactos diferenciados sobre Minas Gerais e sobre São Paulo (região administrativa vizinha àquele e que teve um desempenho diferente da atividade em análise, principalmente a partir da segunda metade da década de 1930, como vimos no item 1 deste trabalho).

Azevedo (1958) relata quatro fases caracterizadoras das relações do Estado com os produtores de açúcar. Nas duas primeiras fases - aproximadamente meados do século XVI a 1822 - o Estado atuou de maneira a incentivar e proteger a indústria do açúcar. Inserida na segunda fase, mais protecionista, houve um período de restrições à edificação de engenhos, por sinal coincidente com o ciclo do ouro (1700/1780). Este período, de implicações já conhecidas, apresentou como prioridades para a Metrópole portuguesa a extração de metais e pedras preciosas. Na terceira fase - 1822 até as primeiras décadas do século XX - constatou-se uma forma de atuação do Estado mais ligada a uma tendência liberal, sendo nesta fase canceladas, entre outras coisas, a administração do Dízimo do Açúcar, as Mesas da Inspeção do Açúcar, Tabaco e Algodão, e as Disposições e Leis que exigiam licença para levantar-se um engenho. Na quarta fase, pós-1930 (à qual se direciona maior atenção neste trabalho), o intervencionismo na agroindús-

tria canavieira voltou a ser enfatizado como prática política, desta vez com maior vigor.

Os anos 30 inauguraram um período de forte intervencionismo estatal na economia brasileira. Nessa época, teve início a "Era Vargas", onde houve um aumento da interferência do Estado na economia. Para Hewlett (1980), o Governo Vargas não adotou em sua prática a concepção do "*laissez-faire, laissez-passer*". Ao contrário, protegeu e subsidiou a indústria pesada via manipulação de medidas fiscais, cambiais e creditícias -, adquiriu considerável capacidade produtiva - via participação direta em atividades como as estradas de ferro, navegação comercial, indústria pesada (siderurgia), serviços de utilidade pública, entre outros. Procurou também compensar os cafeicultores da grandiosa queda dos preços dessa rubiácea, tentando reequer este importante segmento da economia que, até aquele momento, figurava como o "carro chefe" das exportações brasileiras.

Sendo a agroindústria canavieira parte integrante desse todo mais complexo que é a economia brasileira, o modo de condução do Estado não poderia ser muito distinto. Porém, apresentou peculiaridades próprias para a agroindústria canavieira.

Para Szmrecsányi (1979, p.163), esta especificidade pode ser denotada a partir da origem do processo de intervenção do Estado na agroindústria canavieira do Brasil até 1933 - ano de criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Ou seja, "*o planejamento, entendido como processo de intervenção racional do Estado nas atividades econômicas, foi institucionalizado na agroindústria canavieira do Brasil de forma gradual - isto é, por aproximações sucessivas - e a pedido dos próprios produtores do subsetor. Essa institucionalização progressiva resultou menos de uma vocação intervencionista dos governantes do País depois de 1930, do que da reação dos produtores e do Governo a uma situação de fato - a grande depressão mundial desencadeada pela crise econômica de 1929 - cujos efeitos desfavoráveis não podiam ser superados através das medidas convencionais até então adotadas (política monetária, fiscal, etc.).*"

Conforme Miranda (1943), a retração do mercado livre do açúcar e a depressão econômica, advinda da crise global de 1929, foram os principais fatores que fizeram com que a crise do mercado açucareiro atingisse amplitude mundial.

Assim sendo, averigua-se que a forma de intervenção do Estado na agroindústria canavieira depois de 1930 procurou aferir pontos que iam de encontro à real situação dessa atividade. Acresce a isso o fato da intensidade dessa intervenção ter sido muito mais forte do que a verificada em período anterior. Segundo Queda (1972, p. 08-09), a *"intervenção se faz presente desde a produção de matéria-prima (regulamentando o corte, transporte, pesagem e beneficiamento) até a fabricação distribuição, consumo e exportação do produto acabado, tanto no mercado nacional quanto no internacional. Disciplina as relações entre fornecedores e usineiros e destes com os seus lavradores no referente ao modo, ao tempo e à forma de pagamento das canas bem como a solução dos litígios decorrentes. Estabelece a política de equilíbrio entre a produção e o consumo, com vistas a garantir preços estáveis, encaminhando os excessos para o mercado exterior. Cuida do financiamento das safras a usineiros e fornecedores. Determina quotas mensais de comercialização e estabelece normas para a assistência social aos trabalhadores da agroindústria açucareira (através de Cooperativas, Associações e Sindicatos), estipulando as contribuições para o custeio dessas operações. Institui órgãos para julgar as infrações ocorridas."*

Das várias medidas adotadas pelo IAA nos interessa, mais de perto, a que se ocupava com a modernização do parque agroindustrial canavieiro, com conseqüente fortalecimento das usinas e com perda de importância relativa dos engenhos. Como argumentou Amaral (1940, p.146), *"a política do Instituto do Açúcar e do Alcool vem contribuindo poderosamente para o predomínio da usina sobre o bangüê e o quebra-peito,"* ambas arcaicas unidades produtivas do setor.

Como vimos no item 1, a agroindústria canavieira em Minas Gerais se modernizou a partir de 1930, dando-se ênfase à usina e, até certo ponto, desprezando os engenhos. Jambeiro (1973, p.41) discute este fato da seguinte maneira: *"o sistema de defesa do açúcar instaurou verdadeiro monopólio de fabricação em favor dos proprietários de usinas, cuja produção era significativa para a finalidade do IAA. Nas áreas de pequenos proprietários, os bangüezeiros e rapadureiros não tiveram a proteção do Instituto, apesar de estarem incluídos no seu campo de ação. O IAA pareceu desconhecer as necessidades da indústria rapadureira embora esta fosse muito importante para a economia local de inúmeros municípios brasileiros."*

O Estado de Minas Gerais, uma típica região produtora e consumidora do açúcar bruto, passou a ser condicionada institucionalmente - via IAA - a produzir e consumir açúcar de usina. A transformação do hábito do consumidor mineiro, ao mudar de açúcar bruto para açúcar de usina, não se apresenta como ponto negativo nesta controvérsia. Pelo contrário, esta mudança - açúcar bruto para açúcar de usina - é uma tendência verificada no cenário nacional, sendo considerada sinal de modernidade (DÉ CARLI, 1942). Fundamentalmente, a questão se refere a um certo "desdém" direcionado pelo IAA à maioria dos proprietários de engenhos em Minas Gerais - ocorrido este que não se restringiu somente a este Estado.

Em Minas Gerais não se verificou uma adequada transformação de proprietários fundiários em usineiros devido a uma falta de política do IAA neste sentido, e também em decorrência das próprias condições sócio-econômicas inerentes aos mineiros em geral (analisadas no item 2).

Portanto, sobre a hipótese terceira, formulada na introdução desse trabalho, conclui-se que o Estado, traduzido nas políticas do IAA, contribuiu para o predomínio econômico e político da usina sobre as unidades produtivas mais arcaicas: no caso, os engenhos e engenhocas. Neste sentido, Minas Gerais, que fundamentava boa parte de sua agroindústria canavieira nesses últimos estabelecimentos, saiu prejudicada por não contar com um adequado número de usinas que pudesse dar suporte às políticas do IAA no Estado, e por não contar com uma política que pudesse propiciar a modernização de seus engenhos e engenhocas "menos arcaicos"

Cumprir registrar que, tanto no aspecto econômico da agroindústria canavieira (concentração industrial, mercado consumidor, de trabalho e de terras, entre outros indicadores), como no institucional (Decretos e Leis), o mais favorecido foi o Estado de São Paulo.

## **Conclusões**

Minas Gerais teve, na primeira metade da década de 1930, uma posição de destaque na agroindústria canavieira nacional. Apesar disso, este Estado passou a ter uma posição intermediária na agroindústria em questão quando das mudanças que esta sofreu a partir da segunda metade da década de 30.

Diante desse fato, o objetivo do presente trabalho foi analisar a evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais, desde a sua gênese, no Estado, até 1955. Procurou-se evidenciar quais foram os entraves responsáveis pelo não avanço das forças produtivas da agroindústria canavieira mineira, tomando como base de comparação a evolução da agroindústria canavieira paulista.

Conclui-se que a agroindústria canavieira de Minas Gerais se defasou em relação à de São Paulo devido às características naturais e econômicas pertencentes especificamente a essa última região, que lhes permitiu ter unidades produtivas mais capitalizadas.

Mediante a análise da competição pelos fatores de produção, situados no meio rural, entre a cana-de-açúcar, o café e a pecuária constatou-se que a agroindústria canavieira teve, de certa maneira, "coibido" seu desenvolvimento pela expansão do café (na fase inicial deste último) e, por outro lado, teve que dividir as atenções com a pecuária.

Por fim, mostrou-se que o Estado, traduzido nas políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), contribuiu para o predomínio da usina sobre as unidades produtivas mais arcaicas, não dando o adequado apoio à modernização do parque agroindustrial canavieiro mineiro, que estava estruturado na forma de engenhos.

Foi visto que a política de modernização da agroindústria canavieira preparava Minas Gerais para ser um razoável produtor e consumidor de açúcar de usina, não se preocupando, contudo, com a situação da maioria dos proprietários de engenhos, que não tinham condições para se capitalizar e, com isso, enfrentar a concorrência das usinas. A indagação que emerge neste contexto é a seguinte: poderia haver alguma alteração nessa tendência de supremacia da usina sobre o engenho advogada pelo IAA? Acredita-se que não. Um dos subsídios dessa negativa pode ser obtido em Queda (1972, p.14), no qual "*a intervenção com caráter globalizador vai se tornando viável à medida que a economia brasileira cresce e se diversifica. Desta maneira a intervenção estatal tende a ser orientada de acordo com os interesses dominantes do setor industrial, da agropecuária e do comércio.*" Dentro deste cenário, observa-se que a agroindústria canavieira passava por um processo de modernização, onde de uma fase de engenhos passou-se para uma fase de engenhos centrais e desta para as usinas. O açúcar de usina já predominava e a generaliza-

ção do seu consumo era quase que inevitável. Aliado a isto, tem-se que as classes dominantes desta agroindústria correspondiam às dos proprietários das usinas; no caso paulista, muitos dos quais imigrantes - italianos e franceses - que tinham como característica o firme propósito de acumular; no caso pernambucano, muitos ex-senhores de engenhos, de grande força política nas suas regiões. Portanto, o IAA era gerido por idéias que se compatibilizavam com os interesses da classe dominante da economia canavieira, qual seja, a dos proprietários de usinas.

Em Gnaccarini (1972) constata-se que os interesses empresariais da agroindústria açucareira de São Paulo fez-se representar no IAA à medida que o seu dinamismo crescia (produção elevada, mercado consumidor em expansão, alta oferta de mão-de-obra, indústria de equipamentos próxima - Dedini - etc.). Numa ótica comparativa, para Minas Gerais a não representatividade no IAA esteve muito ligada à ausência desse dinamismo. Conforme Gnaccarini (1972, p. 237), "*o capitalismo é incompatível com o equilíbrio econômico*" Neste sentido, os interesses de todos os proprietários capitalistas não podem ser representados na esfera estatal, o que explica em boa parte a predominância dos interesses paulistas sobre os mineiros.

Finalizando, se o IAA colaborou de certa forma com o relativo progresso tecnológico da agroindústria canavieira mineira (apoiando a consolidação das usinas nesta agroindústria), por outro lado, não contribuiu para que essa atividade viesse a se consolidar como um forte segmento da economia estadual. A própria conjuntura macroeconômica regional não era favorável à economia canavieira de Minas Gerais, conforme já observado.

## Referências Bibliográficas

- AMARAL, L. A canna de assucar. In: *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Nacional, 1940.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- AZEVEDO, F. de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). *Minas Gerais e a economia açucareira*. Belo Horizonte: BDMG, 1964.

- \_\_\_\_\_. *Relatório de pesquisa da agroindústria açucareira em Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG-DEP, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Programa de recuperação e expansão da indústria açucareira em Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG-DDI, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Estudo setorial, modelo dinâmico de análise financeira, relatório de análise indústria açucareira Minas Gerais, 1981-84*. Belo Horizonte: BDMG-CGPP, 1985.
- BACHA, C. J. C. *Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos*. São Paulo, 1988. Tese Doutorado Faculdade de Economia e Administração/USP
- BRAY, S. C. *A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão de paradigmas tradicionais*. Rio Claro, 1989. Tese de Livre-Docência Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP.
- CALMON, P. O açúcar, sua história e influência na civilização brasileira. In: *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro, 1935.
- CARVALHO, J. S. de. *Aspectos da indústria açucareira no Município de Ponte Nova*. Ponte Nova: Instituto Pontenovense de História, 1954.
- CLARCK, H. Minas Gerais. Sinopse histórica do açúcar. In: *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro, 1935.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG) - SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS (INDI)- SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Minas Gerais cenários da economia mineira 1986/2005 - n. 5 Açúcar*. Belo Horizonte: CEMIG/INDI, 1987a.
- \_\_\_\_\_. *Minas Gerais cenários da economia mineira 1986/2005 n. 7 - Alcool*. Belo Horizonte: CEMIG/INDI, 1987b.
- COSTA, F. N. *Bancos em Minas Gerais: (1889-1964)*. Campinas, 1978. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP.
- COSTA FILHO, M. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963.
- DÉ CARLI, G. O açúcar na formação econômica do Brasil. In: *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos da economia açucareira*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1974.
- GNACCARINI, J. C. *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- \_\_\_\_\_. *Latifúndio e proletariado (formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural)*. São Paulo: Polis, 1980.
- GONTIJO, C. *Avaliação econômica do Programa Nacional do Alcool*. Belo Horizonte: FINEP/CEDEPLAR, 1985.
- HEWLETT, S. A. *Dilemas do desenvolvimento. O Brasil do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL (IAA). *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro: Brasil Açucareiro, diversos números.
- JAMBEIRO, M. de B. *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973.
- JANK, M. S. Mudanças no padrão de crescimento e dinâmica do ajuste externo do setor agroindustrial. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 28., Florianópolis, 1990. *Anais*. Brasília: SOBER, 1990.
- LUNA, F. V. & COSTA, I. del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.
- MELO, F. H. de & FONSECA, E. G. da. *Proálcool, energia e transportes*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1981.
- MEYER, A. C. Sinopse histórica do açúcar. In: *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro, 1935.
- MIRANDA, V. C. de. *O Estatuto da Lavoura e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Sauer, 1943.
- MOTTA, R. S. da. Um estudo de custo-benefício do Proálcool. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 65-92, abr.1987.
- PAIVA, R. M.; SCHATAN, S. & FREITAS, C. F. T. *Setor agrícola do Brasil - comportamento econômico, problemas e possibilidades*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1973.
- PELIN, E. R. *Avaliação econômica do álcool hidratado carburante no curto e médio prazo*. São Paulo, 1983. Tese de Doutorado Faculdade de Economia e Administração/USP.

- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- QUEDA, O. *A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista*. Piracicaba, 1972. Tese de Doutorado Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/USP.
- RAMOS, P. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado - Escola de Administração e Economia/FGV.
- RENAULT, C. M. *A cana-de-açúcar e a agroindústria açucareira em Minas Gerais*. Belo Horizonte: CEPAMG, 1978.
- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DE MINAS GERAIS. *Zoneamento agroclimático do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura, 1980.
- SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional, 1973.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979.
- \_\_\_\_\_. Crescimento e crise da agroindústria açucareira do Brasil, 1914-1939. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 7, p. 42-68, jun. 1988.

---

(Recebido em novembro de 1993. Aceito para publicação em julho de 1994).